



ACÓRDÃO Nº1020/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11935/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Responsável:** Alessandro Moreira Silva (Ordenador de Despesa), Zanele Rocha Teixeira (Ordenador de Despesa)
- 4- **Advogado:** Não Possui
- 5- **Órgão:** Ouvidoria Geral do Estado do Amazonas
- 6- **Exercício:** 2017
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5423/2019-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Ouvidoria Geral do Estado do Amazonas. Exercício de 2017.

Regularidade com ressalvas. Multa.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** à Prestação de Contas da Ouvidoria Geral do Estado do Amazonas, concernentes ao exercício 2017, de responsabilidade da **Sra. Zanele Rocha Teixeira** (Ouvidora Geral e Ordenadora de Despesas, no período de 01.01.2017 a 24.07.2017) e do **Sr. Alessandro Moreira Silva** (Ouvidor Geral e Ordenador de Despesas, no período de 24.07.2017 a 04.10.2017), com fundamento no art. 1.º, inciso II e art. 22, inciso II, ambos da Lei n.º 2.423/96, c/c art. 5.º, inciso II e art. 188, § 1º, inciso II, da Resolução nº 4/2002–RITCE/AM;
- 10.2. **Aplicar Multa** a **Sra. Zanele Rocha Teixeira**, Ouvidora Geral e Ordenadora de Despesa, no período de 01.01.2017 a 24.07.2017 no valor de **R\$ 4.384,12** (Quatro Mil, Trezentos e Oitenta e Quatro Reais e Doze Centavos), com fulcro no Art. 53, Parágrafo Único, da Lei Orgânica 2.423/96, em face das restrições, contidas nos itens 1, 2 e 3 do Relatório/Voto.
Valor este que deverá ser recolhido no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da



ACÓRDÃO Nº1020/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Alessandro Moreira Silva** no valor de **R\$ 2.000,00** (dois mil reais), com fulcro no Art. 53, Parágrafo Único, da Lei Orgânica 2.423/96, em face das restrições, contidas nos itens 7 e 8 do Relatório/Voto.

Valor este que deverá ser recolhido no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

11- Ata: 34ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 8 de Outubro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

JULIO CABRAL

Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral